



PROCESSO Nº 23/2022
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2022

O Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração, mediante Pregoeira, Sra. Edna Muniz dos Santos Reis e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias nº 1.086/2021, nº 2.118/2021, nº 3.822/2021, nº 447/2022, anexas ao processo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.011/2022**, do tipo menor preço POR ITEM, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Municipal n.º 80/2020 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, bem como, as condições a seguir estabelecidas:

1 - LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no **dia 09 de março de 2022, com início às 09 horas**, horário de Brasília - DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às 08:45 horas do mesmo dia (horário de Brasília-DF).

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição e instalação de sistema de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos, para execução do Projeto RECICLASAP, conforme Convênio nº. 891531/2019 celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e o Município de Santo Antônio da Patrulha, de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as empresas do ramo pertinente ao objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.



3.5- O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ON-LINE

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2. Poderão participar deste certame, as empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, por isso deverá no momento do envio da proposta on-line clicar na declaração específica indicando o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa.

5.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



5.5. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital serão desconsideradas.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL.

6.1.2. Marca e modelo do produto ofertado.

6.1.2.1. Consignar apenas 01(uma) marca sob pena de desclassificação;

6.1.2.2. Marca do produto ofertado. No caso da empresa ser a fabricante do produto colocar “marca/fabricação própria” a fim de não identificar a licitante;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. A proposta deverá conter PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

6.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

6.4 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.4.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

6.4.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.4.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.4.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada.

6.4.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

6.4.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.4.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



6.4.7. Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.4.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, atendendo os seguintes critérios:

- a. Preço unitário e total para o item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b. Marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias.
- c. **Consignar garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos a contar da data de emissão da Nota Fiscal.**
- d. Inclusão de todas as despesas que influam no preço, tais como: despesas com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria), emolumentos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e com todos os ônus diretos;
- e. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

7- DA ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, observando as regras de aceitação do mesmo.

7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO e FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



7.12. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará quinze minutos, improrrogáveis.

7.13. Encerrado o prazo do item “7.12”, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.14. Encerrada a sessão dos lances, com o decurso do prazo do item “7.13”, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item “7.14”, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.16. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens “7.14” e “7.15”, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.17. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens “7.15 e 7.16”, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item “7.16”.

7.18. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item “7.17”.

7.19. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.23. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.28.1. Produzidos no País;

7.28.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.28.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo



Pregoeiro.

8.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoieiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoieiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens acima, o Pregoieiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação.

8.7. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoieiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoieiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.12. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.13. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoieiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoieiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. O Pregoieiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.17. Também nas hipóteses em que o Pregoieiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



9.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação, contados a partir da convocação do Pregoeiro.

9.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.1.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) **Ato constitutivo, estatuto social, contrato social** com posteriores alterações contratuais ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

b) **Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;

c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

d) Certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

e) Certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento do licitante;

f) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste **o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**. A mesma deve ser firmada diretamente no Portal de Compras Públicas pelo representante legal da empresa, através de senha específica.

j) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

k) Comprovante de Registro e regularidade da Empresa junto a entidade profissional competente **CREA** – (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no **CAU** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com responsável técnico devidamente habilitado

9.2- As empresas beneficiárias do art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão preencher diretamente no Portal de Compras Públicas, através do representante legal da empresa, mediante senha específica, informação quanto a seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa; .

9.2.1- Caso a empresa não comprove seu enquadramento, conforme o disposto no item 9.2., terá os itens por ela vencidos desclassificados.

9.3- O licitante enquadrado como MEI – Microempreendedor Individual está dispensado da apresentação dos documentos previstos nas alíneas “a” e “f” do item 9.1.2, os quais deverão ser substituídos pela apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor



Individual –CCMEI, condicionada a verificação da autenticidade no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.4- Os documentos deverão estar em nome do licitante, com o número do CPNJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

9.4.1- Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.4.2- Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros que poderão estar em nome da matriz;

9.5. Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

9.6 A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.

9.7. A não apresentação da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação exigidos por parte da empresa classificada em 1º lugar, dentro do prazo estabelecido ocasionará a desclassificação da licitante, sendo convocados, por ordem de classificação, os demais participantes do processo licitatório.

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.8.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8.3. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO



- 10.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 10.2.** A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, diretamente no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 10.3.** Não serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail.
- 10.4.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 10.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 10.6.** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 10.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.8.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1.** Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar **motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.
- 11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela pregoeira.
- 11.2.** A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pela pregoeira, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.
- 11.4.** O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- 11.5.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.
- 11.7.** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1. Não será homologado valor superior ao máximo estipulado pela administração, constante no Termo de Referência.

12.2. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira sempre que não houver recurso.

12.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira.

13 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, **ANEXO I – Termo de Referência** e em consonância com a proposta de preço apresentada;

13.2- Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do **CONTRATANTE**.

13.3- Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

13.4- Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

13.5- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

13.6- Atender as determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

13.7- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

13.8- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias, efetuar troca do bem, caso não esteja de acordo com o exigido.

13.9- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

13.10- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada;

13.11- Efetuar troca do produto, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.

13.12- Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do fiscal, ou preposto indicado pelo Município.

13.13- Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

13.14- Manter em estoque e em perfeitas condições de uso, os objetos da licitação.

14 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

14.1 O pagamento conforme o determinado no item 19 do edital.

14.2 A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores Nickolas Almeida Morais e Verônica Luise Kellers da Silveira.

14.3 Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a **CONTRATADA**, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

14.4 Realizar a escavação dos berços que irão comportar os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos;



15 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

15.1 – Após liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente, a entrega deverá ser realizada em no máximo 90 (noventa) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, diretamente nos locais de instalação, sito a Rua Senador Alberto Pasqualine, 867, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500 000, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h, aos cuidados dos fiscais, onde serão considerados os requisitos necessários aos produtos conforme exigências do edital licitatório.

15.2 – Os equipamentos estarão sujeitos à devolução caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto, em até 03 (três) dias úteis.

15.3 – Após instalação, os fiscais disporão de quarenta e oito horas úteis para a conferência e aceitação, onde serão considerados os requisitos necessários conforme exigências do edital licitatório.

16 – DO CONTRATO

16.1 - O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

16.2 - A fiscalização do contrato e da entrega dos materiais, objeto do presente pregão, será feita pelos servidores Nickolas Almeida Morais e Verônica Luise Kellers da Silveira.

16.3 - A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

16.4 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

17 - PENALIDADES

17.1 Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades, bem como reparar os danos/prejuízos causados.

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso.

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;



g) causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como reparar o dano/prejuízo causado;

h) as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;

i) nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

j) da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do item 17.1, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação;

k) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

l) os valores atualizados dos contratos se darão através do IPCA, conforme Decreto Municipal nº. 132/2021.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão por conta dos créditos abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

SUB-FUNÇÃO: 542 – CONTROLE AMBIENTAL

PROGRAMA: 0028 – Saneamento Básico para Todos

PROJETO: 1049 – Aquisição de Equipamentos e Prestação de Serviços para Melhorais na Gestão de Resíduos

DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (1434)

RUBRICA: 44905299000000 – OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

19 - DO PAGAMENTO

19.1 – Após a entrega da máquina com a devida Nota Fiscal, o pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias posterior análise e liberação de recurso vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O documento de cobrança, deverá estar em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado o que foi entregue e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, os dados bancários da empresa, o número do convênio 891531/2019.

19.2 - A liberação de recursos do Governo Federal dar-se-á mediante conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo concedente (Governo Federal);

19.3- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

19.4- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelos fiscais do contrato.

19.5 Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

19.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado a Pregoeira Oficial, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, tudo da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

20.3. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, situado na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95.500-000, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo e-mail: licitacoespmsap@gmail.com ou telefone (51) 36628416.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base nas Leis n.º.8.666/93, n.º.10.520/02 e Lei Complementar n.º.123/06, além da Legislação vigente em vigor.

20.5. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

20.7. O Município de Santo Antônio da Patrulha se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.8- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha – RS, conforme §2º do artigo 55 da Lei n.º.8.666/93..

20.09- Integram este Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II –Minuta de Contrato.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 18 de fevereiro de 2022.

Edna Muniz dos Santos Reis

Pregoeira



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRONICO N°. 011/2022

1 – OBJETO:

Aquisição e instalação de sistema de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos, para execução do Projeto RECICLASAP, conforme Convênio n°. 891531/2019 celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e o Município de Santo Antônio da Patrulha, conforme descrição abaixo:

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	Valor máximo unitário
01	04	Conjunto	<p>Aquisição e instalação de sistema de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos, composto por dois containers de polietileno com capacidade de mil litros cada, e um bocal externo para a disposição de resíduos por container, a serem entregues e instalados nos locais indicados pelos fiscais do contrato; o sistema deverá ser compatível com coletores de carga traseira.</p> <p>Cada conjunto de lixeiras soterradas deverá ser composto pelo seguintes itens:</p> <ol style="list-style-type: none">1) duas lixeiras coletoras de resíduos, sendo um bocal (elemento que ficará acima do pavimento para que o usuário possa dispor os resíduos em seu interior) para resíduo reciclável e outro bocal para rejeito; a estrutura interna da lixeira deverá ser metálica, fabricada em chapa de três milímetros, com no mínimo 75 litros de capacidade, com acesso direcionado por tambor de aço inoxidável, não permitindo o acesso de pessoas e eliminando a possibilidade de retirada de resíduos do interior da lixeira soterrada; a estrutura interna e metálica deverá ser provida de sistema de contrapeso, automatizando o sistema de fechamento da boca coletora, sem a necessidade de comandos do usuário, sendo que os tambores deverão girar em buchas de bronze auto lubrificantes, a fim de evitar	R\$ 86.000,00



			<p>ruídos; a fim de promover vedação adequada, bem como para a redução dos sons do impacto de fechamento, o sistema de fechamento da boca coletora deverá ser dotado de borrachas;</p> <p>2) um conjunto de elevador, por sistema a gás, composta pelas seguintes estruturas: plataforma superior (calçamento), composta por chapa antiderrapante e que suporte o trânsito de pessoas, bem como acompanhe a arquitetura da calçada; esta plataforma deverá possuir quatro alças de levantamento M16, a fim de possibilitar a elevação da tampa em caso de falha; deverá ser dotada ainda de dispositivos reguladores através dos quais seja possível absorver até 5% de inclinação por desnível na calçada em todas as direções, possibilitando que os dois níveis da plataforma fiquem paralelos à inclinação da rua; estrutura metálica do elevador, que deverá ser construída com perfis, chapas e vigas de no mínimo três milímetros de espessura, sendo obrigatória a galvanização a fogo com 85 µm de espessura; a estrutura também deverá ser dotada de dispositivos para a regulação da base onde ficarão os contentores, a fim de mantê-los equivalentes ao nível da rua; mecanismos de abertura com amortecedores a gás, que deverão ser de fácil manipulação, permitindo a manipulação por um único operador; a tampa deverá dispor de dobradiças que permitam abrir girando sobre o respectivo aro da cuba de concreto até formar um ângulo próximo dos noventa graus; deverá conter cilindros (amortecedores a gás) articulados em dois suportes colocados no interior da cuba de concreto.</p> <p>3) dois cilindros hidráulicos, de efeito</p>	
--	--	--	--	--



			<p>simples, resistência à ruptura de 52 a 62 kg/mm² e limite elástico mínimo de 34 kg/mm²; características gerais - possibilidade de ligação ao circuito hidráulico mediante tomada rápida na superfície da plataforma superior; capacidade de 4,7 litros por cilindro; potência de elevação a 180 kg/cm² de pressão, com expansão a 2.250 kg por cilindro; duas válvulas de segurança anti quedas, uma em cada cilindro, a fim de proteger e impedir a queda do equipamento no caso de uma eventual avaria hidráulica.</p> <p>4) dois containers de mil litros cada, para a acumulação de resíduos sólidos urbanos - os contentores deverão ser plásticos, em polietileno de alta densidade (PEAD), injetados em peça única com no mínimo dez milímetros de espessura, com capacidade de mil litros, com rodas de borracha maciça, em conformidade com a ABNT NBR 15911, permitindo desta forma a coleta mecanizada de carga traseira - adaptação completa em pelo menos dois veículos coletores compactadores, com a instalação de mecanismos que viabilizem tanto a retirada dos contentores do abrigo de concreto como o basculamento dos resíduos nos veículos; a estrutura externa do contentor deverá ser isenta de rebites e soldas, a fim de evitar oxidações e/ou infiltrações;</p> <p>5) caixa de concreto armado - elemento de contenção e proteção do equipamento a fim de evitar a entrada de água no sistema, que consiste em uma caixa de concreto armado com no mínimo as seguintes especificações: a estrutura do fosso deverá ser do tipo concreto armado com no mínimo 12 centímetros de espessura, cujo fornecimento caberá à contratada; resistência de 35N/mm², construída em um só peça de concreto armado HA 350,</p>	
--	--	--	--	--



			<p>armação com malha de aço B 500 S e dispor de dispositivo de descarga; a caixa de concreto armado deverá ser produzida com adição de produto impermeabilizante ao concreto e, adicionalmente, deverá ser aplicada manta líquida para impermeabilização da caixa de concreto armado na porção externa da estrutura.</p> <p>Os equipamentos deverão ser instalados sob o pavimento da via pública, em atendimento às boas técnicas de engenharia, nos locais indicados pelos fiscais do contrato. A plataforma deverá ser estanque, não permitindo o acúmulo de água no fosso ou emissão de odores. A empresa deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de todas as obras necessárias à instalação dos equipamentos. A contratada deverá adequar-se ao sistema de coleta existente no Município de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p> <p>A contratada deverá capacitar no mínimo cinco colaboradores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS quanto à forma correta de higienização e manutenção preventiva do sistema de acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.</p> <p>A contratada será responsável pela segurança dos colaboradores e terceiros durante a execução das obras e instalações, devendo observar os aspectos construtivos em geral, de forma a garantir a integridade física dos envolvidos. A contratante poderá exigir, quando julgar conveniente, a implantação de medidas e condições adicionais, com o objetivo de evitar riscos desnecessários. Ainda é de responsabilidade da contratada a orientação e adequação de dois caminhões de coleta ao sistema disponibilizado. É de responsabilidade da empresa contratada a instalação, teste de equipamento e capacitação dos profissionais da coleta quanto à sua correta operação e manutenção.</p> <p>Os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos</p>	
--	--	--	--	--



			<p>deverão ter garantia mínima de doze meses contra defeitos de fabricação e instalação, bem como avarias causadas pelo transporte até o local de entrega.</p> <p>A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório do contentor, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaios da Norma Brasileira ABNT NBR 15911-4, sendo que os custos deverão ser arcados pela licitante vencedora; o referido laudo deverá ser apresentado à contratante no momento da instalação do contentor.</p>	
--	--	--	--	--

1.1 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1.1- Deverão ser observadas as seguintes condições com vistas ao atendimento a este Termo de Referência:

- a. Dois conjuntos de sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos serão instalados na Praça da Boa Viagem, na região central do Município, e outros dois conjuntos serão instalados na Avenida Borges de Medeiros, no Bairro Cidade Alta;
- b. Caberá à contratante a escavação dos berços que irão comportar os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos; a contratada deverá providenciar a instalação dos equipamentos, podendo ser realizada por empresa terceirizada mediante apresentação da documentação desta no momento da instalação. A responsabilidade pela instalação e cumprimento das normas técnicas será da empresa vencedora da licitação, que no momento da execução, deverá apresentar a documentação e eventuais registros para realização da instalação dos mesmos;
- c. Após a instalação, os fiscais disporão de quarenta e oito horas úteis para a conferência e aceitação, onde serão considerados os requisitos necessários conforme exigências do edital licitatório;
- d. Os equipamentos objeto desta licitação deverão atender às normas técnicas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos após exame técnico dos fiscais responsáveis e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados ou substituídos pelo fornecedor no prazo de até três dias consecutivos, contados a partir da notificação;
- e. A empresa deverá fornecer garantia mínima de doze meses para cada equipamento.
- f. Não serão homologados os itens que estiverem com valores superiores ao máximo unitário de R\$ 86.000,00.



2 - JUSTIFICATIVA

2.1- Justifica-se a aquisição dos sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos conforme descrito neste Termo de Referência tendo em vista a execução do projeto RECICLA SAP, firmado através do Convênio nº 891531/2019 entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente.

Santo Antônio da Patrulha, 18 de fevereiro de 2021.

Edna Muniz dos Santos Reis
Pregoeira



MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
E FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º ____/2022.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, n.º 456, representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.827.570-45, portador da R.G n.º 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, na cidade de _____, por seu representante legal **Sr.(a)** _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da C.I. n.º _____, expedida por _____, residente e domiciliado na _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2022**, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na **aquisição de equipamentos através do Convênio n.º 891531/2019, firmado entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente, com vistas à execução das metas e etapas estabelecidas no Projeto de gestão de resíduos sólidos RECICLA SAP**, conforme solicitado no memorando 031/2021 – SEMAM de 07 de janeiro de 2022, termo de pedido de compra n.º 2022/97 de 11 de janeiro de 2022, encaminhado pelo memorando n.º 216/2022 – DEC de 10 de fevereiro de 2022.

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	04	Conjunto	Aquisição e instalação de sistema de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos, composto por dois containers de polietileno com capacidade de mil litros cada, e um bocal externo para a disposição de resíduos por container, a serem entregues e instalados nos locais indicados pelos fiscais do contrato; o sistema deverá ser compatível com coletores de carga traseira. Cada conjunto de lixeiras soterradas deverá ser composto pelos seguintes itens: 1) Duas lixeiras coletoras de resíduos, sendo um bocal (elemento que ficará acima do pavimento para que o usuário possa dispor os resíduos em seu interior) para resíduo reciclável e outro bocal para rejeito; a estrutura interna da lixeira deverá ser metálica, fabricada em chapa de três milímetros, com no mínimo 75 litros de capacidade, com acesso direcionado por tambor de aço inoxidável, não permitindo o acesso de pessoas e eliminando a possibilidade de retirada de resíduos do interior da lixeira soterrada; a estrutura interna e metálica deverá ser provida de sistema de contrapeso, automatizando o sistema de fechamento da boca	R\$	R\$



		<p>coletora, sem a necessidade de comandos do usuário, sendo que os tambores deverão girar em buchas de bronze auto lubrificantes, a fim de evitar ruídos; a fim de promover vedação adequada, bem como para a redução dos sons do impacto de fechamento, o sistema de fechamento da boca coletora deverá ser dotado de borrachas;</p> <p>2) Um conjunto de elevador, por sistema a gás, composta pelas seguintes estruturas: plataforma superior (calçamento), composta por chapa antiderrapante e que suporte o trânsito de pessoas, bem como acompanhe a arquitetura da calçada; esta plataforma deverá possuir quatro alças de levantamento M16, a fim de possibilitar a elevação da tampa em caso de falha; deverá ser dotada ainda de dispositivos reguladores através dos quais seja possível absorver até 5% de inclinação por desnível na calçada em todas as direções, possibilitando que os dois níveis da plataforma fiquem paralelos à inclinação da rua; estrutura metálica do elevador, que deverá ser construída com perfis, chapas e vigas de no mínimo três milímetros de espessura, sendo obrigatória a galvanização a fogo com 85 µm de espessura; a estrutura também deverá ser dotada de dispositivos para a regulagem da base onde ficarão os contentores, a fim de mantê-los equivalentes ao nível da rua; mecanismos de abertura com amortecedores a gás, que deverão ser de fácil manipulação, permitindo a manipulação por um único operador; a tampa deverá dispor de dobradiças que permitam abrir girando sobre o respectivo aro da cuba de concreto até formar um ângulo próximo dos noventa graus; deverá conter cilindros (amortecedores a gás) articulados em dois suportes colocados no interior da cuba de concreto.</p> <p>3) Dois cilindros hidráulicos, de efeito simples, resistência à ruptura de 52 a 62 kg/mm² e limite elástico mínimo de 34 kg/mm²; características gerais - possibilidade de ligação ao circuito hidráulico mediante tomada rápida na superfície da plataforma superior; capacidade de 4,7 litros por cilindro; potência de elevação a 180 kg/cm² de pressão, com expansão a 2.250 kg por cilindro; duas válvulas de segurança anti quedas, uma em cada cilindro, a fim de proteger e impedir a queda do equipamento no caso de uma eventual avaria hidráulica.</p> <p>4) Dois containers de mil litros cada, para a acumulação de resíduos sólidos urbanos - os contentores deverão ser plásticos, em polietileno de</p>		
--	--	---	--	--



		<p>alta densidade (PEAD), injetados em peça única com no mínimo dez milímetros de espessura, com capacidade de mil litros, com rodas de borracha maciça, em conformidade com a ABNT NBR 15911, permitindo desta forma a coleta mecanizada de carga traseira - adaptação completa em pelo menos dois veículos coletores compactadores, com a instalação de mecanismos que viabilizem tanto a retirada dos contentores do abrigo de concreto como o basculamento dos resíduos nos veículos; a estrutura externa do contentor deverá ser isenta de rebites e soldas, a fim de evitar oxidações e/ou infiltrações;</p> <p>5) Caixa de concreto armado - elemento de contenção e proteção do equipamento a fim de evitar a entrada de água no sistema, que consiste em uma caixa de concreto armado com no mínimo as seguintes especificações: a estrutura do fosso deverá ser do tipo concreto armado com no mínimo 12 centímetros de espessura, cujo fornecimento caberá à contratada; resistência de 35N/mm², construída em um só peça de concreto armado HA 350, armação com malha de aço B 500 S e dispor de dispositivo de descarga; a caixa de concreto armado deverá ser produzida com adição de produto impermeabilizante ao concreto e, adicionalmente, deverá ser aplicada manta líquida para impermeabilização da caixa de concreto armado na porção externa da estrutura.</p> <p>Os equipamentos deverão ser instalados sob o pavimento da via pública, em atendimento às boas técnicas de engenharia, nos locais indicados pelos fiscais do contrato. A plataforma deverá ser estanque, não permitindo o acúmulo de água no fosso ou emissão de odores. A empresa deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de todas as obras necessárias à instalação dos equipamentos. A contratada deverá adequar-se ao sistema de coleta existente no Município de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p> <p>A contratada deverá capacitar no mínimo cinco colaboradores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS quanto à forma correta de higienização e manutenção preventiva do sistema de acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.</p> <p>A contratada será responsável pela segurança dos colaboradores e terceiros durante a execução das obras e instalações, devendo observar os aspectos construtivos em geral, de forma a garantir a integridade física dos envolvidos. A contratante</p>		
--	--	---	--	--



		<p>poderá exigir, quando julgar conveniente, a implantação de medidas e condições adicionais, com o objetivo de evitar riscos desnecessários. Ainda é de responsabilidade da contratada a orientação e adequação de dois caminhões de coleta ao sistema disponibilizado. É de responsabilidade da empresa contratada a instalação, teste de equipamento e capacitação dos profissionais da coleta quanto à sua correta operação e manutenção.</p> <p>Os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos deverão ter garantia mínima de doze meses contra defeitos de fabricação e instalação, bem como avarias causadas pelo transporte até o local de entrega.</p> <p>A empresa vencedora deverá apresentar laudo de ensaio de laboratório do contentor, credenciado junto ao INMETRO, comprovando todos os requisitos de ensaios da Norma Brasileira ABNT NBR 15911-4, sendo que os custos deverão ser arcados pela licitante vencedora; o referido laudo deverá ser apresentado à contratante no momento da instalação do contentor.</p>	
--	--	--	--

1.1- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1.1.1- Deverão ser observadas as seguintes condições com vistas ao atendimento ao Termo de Referência:

a) Dois conjuntos de sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos serão instalados na Praça da Boa Viagem, na região central do Município, e outros dois conjuntos serão instalados na Avenida Borges de Medeiros, no Bairro Cidade Alta;

b) Caberá à contratante a escavação dos berços que irão comportar os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos; a contratada deverá providenciar a instalação dos equipamentos, podendo ser realizada por empresa terceirizada mediante apresentação da documentação desta no momento da instalação. A responsabilidade pela instalação e cumprimento das normas técnicas será da empresa vencedora da licitação, que no momento da execução, deverá apresentar a documentação e eventuais registros para realização da instalação dos mesmos;

c) Após a instalação, os fiscais disporão de quarenta e oito horas úteis para a conferência e aceitação, onde serão considerados os requisitos necessários conforme exigências do edital licitatório;

d) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos após exame técnico dos fiscais responsáveis e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados ou substituídos pelo fornecedor no prazo de até três dias consecutivos, contados a partir da notificação;

e) A empresa deverá fornecer garantia mínima de doze meses para cada equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENTREGA: LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES:

2.1- Após liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente, a entrega deverá ser realizada em no máximo 90 (noventa) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, diretamente nos locais de instalação, sito a Rua Senador Alberto Pasqualine, 867, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500 000, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:30h às 11:30h e das 13:30h às



16:30h, aos cuidados dos fiscais, onde serão considerados os requisitos necessários aos produtos conforme exigências do edital licitatório.

2.2- Os equipamentos estarão sujeitos à devolução caso não atendam as especificações exigidas no edital, caso este, em que a contratada, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto, em até 03 (três) dias úteis.

2.3- Após instalação, os fiscais disporão de 48 (quarenta e oito) horas úteis para a conferência e aceitação, onde serão considerados os requisitos necessários conforme exigências do edital licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA:

3.1- Justifica-se a aquisição dos sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos conforme descrito no termo de Referência tendo em vista a execução do projeto RECICLA SAP, firmado através do Convênio nº 891531/2019 entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATO:

4.1- O contrato firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

4.2- A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores **Nickolas Almeida Moraes e Verônica Luise Kellers da Silveira, designados através da Portaria nº 004 de 03 de janeiro de 2022.**

4.3- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - O valor contratual é de R\$ _____
(_____).

5.1- Após a entrega dos produtos com a devida Nota Fiscal, o pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias posterior análise e liberação de recurso vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O documento de cobrança deverá estar em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado o que foi entregue e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, os dados bancários da empresa, o número do convênio 891531/2019.

5.2- A liberação de recursos do Governo Federal dar-se-á mediante conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo concedente (Governo Federal);

5.3- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

5.4- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelos fiscais do contrato.

5.5- Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

5.6- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

SUB-FUNÇÃO: 542 – CONTROLE AMBIENTAL



PROGRAMA: 0028 – Saneamento Básico para Todos

PROJETO: 1049 – Aquisição de Equipamentos e Prestação de Serviços para Melhorais na Gestão de Resíduos

DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (1434)

RUBRICA: 4490529900000 – OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

CLÁUSULA SÉTIMA - É DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

- 6.1-** Efetuar o pagamento, conforme o determinado neste instrumento.
- 6.2-** Efetuar a fiscalização deste contrato, através do fiscal designado.
- 6.3-** Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.
- 6.4-** Realizar a escavação dos berços que irão comportar os sistemas de contentores soterrados de depósito de resíduos sólidos urbanos;

CLÁUSULA OITAVA - É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- 8.1-** Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital, ANEXO I – Termo de Referência e em consonância com a proposta de preço apresentada;
- 8.2-** Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do CONTRATANTE.
- 8.3-** Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.
- 8.4-** Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.
- 8.5-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- 8.6-** Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.
- 8.7-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 8.8-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias, efetuar troca do bem, caso não esteja de acordo com o exigido.
- 8.9-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- 8.10-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada;
- 8.11-** Efetuar troca do produto, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.
- 8.12-** Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do fiscal, ou preposto indicado pelo Município.
- 8.13-** Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.
- 8.14-** Manter em estoque e em perfeitas condições de uso, os objetos da licitação.

CLÁUSULA NONA - Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades.



9.1- Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

9.2- Multa de 8% (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

9.3- Multa de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.4- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

9.5- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6- Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

9.7- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, reparação do dano, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e multa de 10% do valor atualizado do contrato.

9.8- As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

9.9- Da aplicação das penas definidas nos itens “9.1”, “9.2”, “9.3” e “9.7”, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias contados da intimação.

9.10- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.11- O valor do contrato, em caso de aplicação de penalidade, será reajustado conforme IPCA – Decreto nº 132/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2022** e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e nos casos omissos a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ de 2022.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Responsáveis pela fiscalização:

Nickolas Almeida Moraes
CPF:

Verônica Luise Kellers da Silveira
CPF: